

Manifesto jurídico-revolucionário pelo estado de espírito de 1988

Autor(a): Fernando Facury Scaff

Publicado em: 19 de novembro de 2024

Publicação: conjur_import

Link JurisTube: <https://juristube.com.br/colunistas/fernando-facury-scaff/manifesto-juridico-revolucionario-pelo-estado-de-espirito-de-1988>

Fonte original:

<https://www.conjur.com.br/2024-nov-19/manifesto-juridico-revolucionario-pelo-estado-de-espirito-de-1988>

Identificador citável: juristube.com.br/colunistas/fernando-facury-scaff/manifesto-juridico-revolucionario-pelo-estado-de-espirito-de-1988#ep-82eefdd4

Resumo

Tem dias que dá vontade de propor um Manifesto Jurídico-Revolucionário, o que faço abaixo, com pitadas de ironia e utopia

Texto integral

Tem dias que, olhando para um lado e outro, dá vontade de propor um Manifesto Jurídico-Revolucionário, o que faço abaixo, cozido com pitadas de ironia e utopia. O Manifesto busca uma sociedade em que: O Poder Legislativo legisle, preferencialmente por meio de leis, e não massivamente através de emendas constitucionais; O Poder Executivo administre, cumprindo a Constituição e as leis, com o uso de medidas provisórias apenas em casos reais de urgência e relevância; O Poder Judiciário julgue, fazendo cumprir a Constituição e o ordenamento jurídico, com os julgadores se manifestando exclusivamente nos autos; O Ministério Público fiscalize o cumprimento da Constituição e do ordenamento jurídico, nos limites do que neles está disposto; Os Tribunais de Contas fiscalizem a atividade financeira dos governos; Todas as pessoas sejam iguais perante a lei, que só as discriminará visando reduzir as desigualdades, respeitando suas diferenças individuais; A redução das desigualdades e a educação sejam as verdadeiras prioridades nacionais; O ordenamento jurídico seja voltado exclusivamente para o bem comum, e não para benefícios particulares ou de grupos, públicos ou privados; As leis produzidas pelo Legislativo respeitem a Constituição, e os decretos e demais atos do Executivo respeitem as leis; Os recursos públicos sejam usados em prol da sociedade e não de interesses particulares ou de grupos, públicos ou privados; As normas sejam claras e duradouras, e sirvam para criar segurança jurídica; Os candidatos a cargos políticos eletivos tenham direito à mesma quantidade de dinheiro para suas campanhas visando eleição ou reeleição; O teto de remuneração dos servidores públicos seja um teto, e não um piso; Os servidores públicos trabalhem em seus locais de trabalho, oito horas por dia, cinco dias por semana. Home office é uma opção para empregados e empregadores privados; Quem receba salário dos cofres públicos não tenha direito a adicionais de produtividade, bônus, abonos, honorários de sucumbência ou penduricalhos semelhantes, e sobre toda a remuneração incida a tributação correspondente, independentemente do nome que seja dado a essa verba; Os planos de governo sejam exequíveis e cumpridos; O orçamento seja planejado, e os recursos usados em prol da sociedade, e não com emendas a favor dos parlamentares; Tributos apenas

sejam criados por lei, respeitado o devido processo legislativo ; Os tributos sejam: impostos, taxas e contribuições. Os impostos custeiem os gastos gerais. As taxas custeiem apenas a atividade pública que justifica sua existência. As contribuições sejam integralmente destinadas à atividade que ampara sua criação; Haja presunção de inocência, só havendo condenação após trânsito em julgado e com efetivas garantias do contraditório e ampla defesa sendo disponibilizadas, seja no âmbito penal, que protege a liberdade, seja no tributário, que protege o patrimônio. Você já imaginou um país em que pelo menos estas normas existissem e fossem respeitadas? Pois desde 1988 tudo isso está escrito em nossa Constituição e consta dos manuais de Direito. Este Manifesto Jurídico-Revolucionário, escrito com pitadas de utopia e ironia, visa recuperar o estado de espírito da Constituição de 1988. É inegável o avanço socioeconômico nesses quase 40 anos, mas, por diversas razões, alguma espécie de freio de mão vem sendo acionado, e grande parte do que acima foi descrito tornou-se esquecido ou deixado de lado, por meio de atalhos que deturparam a ideia inicial, base do fundamento constitucional. É necessário recuperar o estado de espírito estrutural , insurgente e agregador de 1988, afastando todo o entulho que foi criado, por norma ou por costume. Você, caro leitor ou leitora, assinaria este Manifesto?

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

SCAFF, Fernando Facury. Manifesto jurídico-revolucionário pelo estado de espírito de 1988. *conjur_import*, 19 nov. 2024. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2024-nov-19/manifesto-juridico-revolucionario-pelo-estado-de-espirito-de-1988>.

Acesso via: JurisTube — Acervo Digital de Direito. Disponível em: <https://juristube.com.br/colonistas/fernando-facury-scaff/manifesto-juridico-revolucionario-pelo-estado-de-espirito-de-1988>. Acesso em: 20 ago. 2026.

APA 7ª edição

Scaff, F. F. (2024, November 19). Manifesto jurídico-revolucionário pelo estado de espírito de 1988.

conjur_import.

<https://www.conjur.com.br/2024-nov-19/manifesto-juridico-revolucionario-pelo-estado-de-espirito-de-1988>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

SCAFF, Fernando Facury. 2024. “Manifesto jurídico-revolucionário pelo estado de espírito de 1988.”

conjur_import, November 19.

<https://www.conjur.com.br/2024-nov-19/manifesto-juridico-revolucionario-pelo-estado-de-espirito-de-1988>

BibTeX

```
@article{fernando-facury-scaff-manifesto-jur-dico-revolucion-rio-pelo-e-2024,
author = {Scaff, Fernando Facury},
title = {Manifesto jurídico-revolucionário pelo estado de espírito de 1988},
journal = {conjur_import},
year = {2024},
url = {https://www.conjur.com.br/2024-nov-19/manifesto-juridico-revolucionario-pelo-estado-d
e-espirito-de-1988},
urldate = {2024-11-19}
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/colonistas/fernando-facury-scaff/manifesto-juridico-revolucionario-pelo-estado-de-espirito-de-1988>

PDF gerado em 2026-08-20 14:00 UTC